

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DO OBSERVATÓRIO DE GESTÃO PÚBLICA DE LONDRINA.

1. LICITAÇÕES – PRINCIPAIS ATUAÇÕES

1.1 Revogação da Concorrência Pública para contratação de empresa de engenharia especializada para executar a gestão da iluminação pública de Londrina.

Em análise à Concorrência Pública para Contratação de empresa de engenharia especializada para executar a gestão do sistema de iluminação pública do município de Londrina/Pr, incluindo o fornecimento de materiais, de valor estimado de R\$ 53.408.074,24 (cinquenta e três milhões, quatrocentos e oito mil, setenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), o Observatório de Gestão Pública apontou 10(dez) irregularidades, a saber:

- **Do não parcelamento do objeto;**
- **Utilização do tipo técnica e preços;**
- **Ilegalidade no prazo de execução de 60(sessenta) meses;**
- **Da garantia da proposta cumulada com o patrimônio líquido;**
- **Da exigência do patrimônio líquido sobre o valor total previsto para a contratação;**
- **Da inexistência de projeto básico e projeto executivo;**
- **Da inexistência de cotação e orçamento;**
- **Da inexistência no edital de orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários;**
- **Da irregularidade na formação do valor máximo;**
- **Da restrição a constituição de consórcio;**

Oportunidade em que elaborou o pedido de impugnação ao edital no sentido de regularizá-lo a fim de melhor atender ao interesse público.

De posse do referido documento, foi agendada reunião com o prefeito e sua equipe para apresentação dos problemas, tendo decidido pela revogação da licitação.

1.2 Suspensão da Concorrência Pública n ° 001/2010

Em 05 de agosto de 2010, o observatório de Gestão Pública de Londrina ofereceu impugnação ao edital de Concorrência Pública n° 001/2010 da Sercomtel para “Contratação de Empresa para prestação de Serviços Gerais à Sercomtel, incluindo Limpeza e conservação de Prédios e áreas” apresentando os seguintes argumentos:

Do não Parcelamento do objeto;

- Da inexistência de Cotação e Orçamento;
- Da inexistência no Edital de orçamento Estimado em Planilha de Quantitativos e preços unitários.;
- Da irregularidade na Formação do valor máximo

A licitação foi suspensa para análise de documentação dos licitantes.

1.3 Suspensão do procedimento Licitatório para reforme do calçadão de Londrina

Foi procedida a suspensão de certame licitatório pela Secretária de Gestão Pública em virtude de impugnação oferecida pelo Observatório de Gestão Pública que apontou:

- a inexistência de estudo para realização do processo licitatório e consequente irregularidade na formação do preço máximo;
- a inexistência de cotação e orçamento;
- a inexistência no edital de orçamento estimado em planilha de quantitativos e preços unitários;
- inadequação do cronograma físico-financeiro.

Em 22/07/2010 o edital foi republicado, sendo concluído o certame em 10/09/2010. Atuação voltada para acompanhamento de execução.

1.4 Suspensão da Concorrência Pública para coleta de Lixo realizado pela CMTU-LD.

O Observatório de Gestão Pública de Londrina, no dia 10/02/2011, protocolou na Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) um pedido de impugnação do edital de mais R\$ 115 milhões, aberto para contratar uma empresa apta à execução de seis tipos de serviços – incluindo varrição, coleta de lixo domiciliar, lavagem de áreas públicas e banheiros e limpeza do mobiliário urbano. Uma cópia do pedido foi entregue na Promotoria de patrimônio público.

Em 15/02/2011 o edital foi suspenso para apreciação dos fundamentos apresentados e posteriormente foram acolhidos 5(cincos) dos 10(dez) argumentos apresentados. Em 07/04/2011 o edital foi revogado, bem como foi aberta Nova licitação com algumas adequações sugeridas pelo OGPL.

1.5 Impugnação ao Pregão Presencial 02/2012, realizado pela Prefeitura de Londrina

O Observatório de Gestão Pública de Londrina impugnou o edital do Pregão Presencial 02/2012, cujo objeto foi o registro de preços para eventual contratação de serviços de lavanderia.

O motivo da impugnação reside no fato de que não foi encontrado no edital de licitação especificações sobre o tipo de tecido das peças que seriam lavadas, o que prejudicaria a estabelecimento de preço por parte dos licitantes.

A Administração Pública acatou o entendimento do OGPL e **SUSPENDEU O CERTAME** para incluir no edital o tipo de tecido das peças, garantindo a competição das empresas e a busca pelo melhor preço.

1.6 Considerações sobre o Processo Administrativo de Dispensa de Licitação 015/2011, realizado pela Sercomtel

Após publicado no Jornal Oficial do Município a contratação por meio de dispensa de licitação da empresa Intervox para a realização de serviços de

publicidade, no valor de mais R\$ 3.000.000,00, o Observatório de Gestão Pública, após análise do processo administrativo que culminou na contratação direta, confeccionou parecer com suas considerações acerca da ilegalidade da dispensa e da contratação.

O OGPL defendeu que contratações nesta monta e para a realização de serviços de publicidade (que não demandam urgência nenhuma) não podem ser feitas por meio de dispensa de licitação, mas sim após regular procedimento licitatório.

Tal parecer foi entregue a Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, que, no dia seguinte, enviou a Sercomtel recomendação para anular o contrato. A Sercomtel, por sua vez, acatando a recomendação da Promotoria, **CANCELOU A CONTRAÇÃO** por meio de dispensa de licitação, evitando, assim, o irregular gasto do dinheiro público.

1.7 Impugnação ao Pregão Presencial nº 021/2012, realizado pela Prefeitura de Londrina

O Observatório de Gestão Pública de Londrina também impugnou o Edital do Pregão Presencial nº 021/2012, cujo objeto foi o registro de preços para a aquisição de uniformes escolares.

A impugnação apontou as diferenças gritantes encontradas pelo OGPL quanto comparados os preços fornecidos por empresas entrevistadas pela entidade com os preços máximos do Edital, conforme a tabela seguinte:

PRODUTO	PREÇO COBRADO PELA EMPRESA SARION UNIFORMES ESCOLARES E PROFISSIONAIS	PREÇO COBRADO PELA EMPRESA SIDERAL UNIFORME ESCOLAR E PROFISSIONAL	PREÇO COBRADO PELA EMPRESA COLLECTION	PREÇO COBRADO PELA EMPRESA BANCO DE VESTIMENTA	PREÇO MÉDIO DE COBRADO NO MERCADO	PREÇO MÁXIMO ESTIPUADO PELA PREFEITURA	DIFERENÇA ENTRE O PREÇO MÁXIMO DO EDITAL E PREÇO MÉDIO DE MERCADO
Conjunto Verão (CJ)	R\$ 26,00	R\$ 50,00	R\$ 54,00	R\$ 34,00	<u>R\$ 41,00</u>	R\$ 57,14	R\$ 31,14
Conjunto de Inverno (CJ)	R\$ 48,00	R\$ 112,00	R\$ 109,60	R\$ 71,00	<u>R\$ 85,15</u>	R\$ 141,97	R\$ 93,97
Meias brancas tipo colegial (Par)		R\$ 8,00		R\$6,00	<u>R\$ 7,00</u>	R\$ 12,60	R\$ 5,60

Como se vê, multiplicando-se por 40.000 (quarenta mil) os preços médios encontrados por cada produto e somados os resultados, tem-se um preço máximo de **R\$ 7.538.840,00** (sete milhões, quinhentos e trinta e oito mil, oitocentos e quarenta reais). Ou seja, o preço máximo da licitação cairia 37% (trinta e sete por cento), **gerando uma economia de R\$ 4.489.200,00** (quatro milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e duzentos reais).

Na mesma oportunidade, o OGPL também apontou as seguintes irregularidades encontradas no edital: excessivo detalhamento do objeto, excesso na quantidade estimada, ilegalidades na solicitação de amostras e de atestado da capacidade técnica, bem como na solicitação de capital mínimo.

Não obstante a evidência de tais ilegalidades no procedimento licitatório, a Administração Pública não acatou a Impugnação apresentada pelo OGPL, o que gerará, sem dúvida alguma, inúmeros prejuízos às contas públicas do Município.

1.8 Impugnação ao Pregão Presencial nº 017/2012 – Aquisição de materiais escolares aos alunos da rede pública de ensino municipal.

Recentemente, o Observatório de Gestão Pública de Londrina impugnou o Edital nº 17/2012, que teve como objeto a aquisição de materiais escolares (kits escolares) para ser distribuído aos alunos da rede pública de ensino.

Na peça, o Observatório aponta as seguintes irregularidades: diferenças gritantes entre o preço máximo do edital e os preços de mercado, ausência de valores unitários de cada item, excessivo detalhamento do objeto, ausência de modelo da arte final e não parcelamento do objeto.

O certame foi **SUSPENSO** para as devidas correções, por decisão do Secretário de Gestão Pública, que acatou recomendação da Promotoria do Patrimônio Público e do próprio Observatório.

1.9 Impugnação à Concorrência Pública nº 007/2011 – contratação de serviços de coleta de lixo, realizada pela CMTU

O Observatório impugnou no dia 20 de abril de 2012, novamente, o Edital da Concorrência Pública 007/2012, cujo objeto é a seleção de empresa para prestação de serviços de coleta manual e mecanizada dos resíduos sólidos urbanos com o emprego de caminhões compactadores dotados de sistema de rastreamento por satélite, bem como varrição manual com fiscalização eletrônica, lavagem de vias e logradouros públicos, limpeza e conservação de mobiliário urbano, fornecimento/instalação, recuperação, reposição e higienização de contêineres e programa de educação ambiental e orientações à comunidade no município de Londrina e a coleta e transporte dos resíduos provenientes destas atividades para a CTR . Central de Tratamento de Resíduos, localizado na Rodovia PR 442, km 175,8, no distrito de Maravilha.

A impugnação apresentada versou sobre os seguintes pontos: alteração injustificada de quantitativos; não inclusão da feira livre do bairro vista bela na formação do preço; alteração do edital sem a sua republicação; estipulação pelo edital de prazo exíguo para a elaboração de projetos e propostas; adoção de índices salariais estipulados em acordo coletivo de uma específica empresa participante do certame; além de outras irregularidades apontadas pelo Observatório em momento anterior, e que ainda não haviam sido corrigidas.

Embora aponte inúmeros vícios, a peça apresentada pelo Observatório foi julgada intempestiva e, portanto, não foi analisada. No entanto, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE), no dia 21 de maio de 2012, decidindo representação de uma das empresas licitantes, suspendeu o certame baseando-se em inúmeras ilegalidades também apontadas pelo Observatório em sua impugnação.

O Observatório também impetrou Mandado de Segurança pedindo liminarmente a suspensão do certame, e após indeferimento em 1º grau, o pedido foi atendido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR).

Deste modo, hoje o certame encontra-se **SUSPENSO** por determinação do TCE e do TJ-PR, e permanecerá assim até que a CMTU sane os vícios do procedimento licitatório apontados pelo Tribunal.

1.10 Acompanhamento do Pregão 136/2012 – Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual

No dia 11/07/2012, a equipe do Observatório de Gestão Pública de Londrina acompanhou o certame realizado pela Prefeitura de Londrina visando adquirir equipamentos de proteção individual, como luvas e máscaras cirúrgicas.

Durante o certame, o Observatório apontou a supervalorização dos preços máximos de muitos produtos e a falta de especificação de alguns outros, o que, ao final da sessão, gerou uma economia de R\$ 244.838,20 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte centavos).

A título de exemplificação, o edital requisitou 31 pares de luvas cirúrgicas a R\$ 22,05 cada. O valor total do lote era R\$ 683,56. Entretanto, em pesquisa de preço feita pelo Observatório, constatou-se que a média de valor era absurdamente mais baixa, na ordem de R\$ 2,00 a unidade.

Deste modo, no momento da abertura das propostas, tal situação foi apontada pela equipe presente e reafirmada em função da gritante diferença entre as propostas apresentadas e o preço máximo estipulado no edital. Assim, após a intervenção, o valor final foi fechado em R\$ 26,00 - 2.429% menor do que o preço máximo.

Neste mesmo certame ocorreram outras intervenções análogas a esta, em que o preço do edital estava muito acima do preço de mercado encontrado pelo Observatório. Graças aos apontamentos da equipe desta instituição durante a sessão, foram evitadas compras que onerariam de sobremaneira os cofres públicos, gerando uma economia, repita-se, na ordem de R\$ 244.838,20 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e oito reais e vinte centavos).

1.11 Pregão Presencial 146/2012 – Aquisição de Luzes de Emergência

O Pregão Presencial 146/2012, que teve como objeto a aquisição de 3000 luzes de emergência que seriam instaladas nas escolas municipais, foi questionado pelo Observatório em razão do preço irreal estipulado no edital e das especificações do objeto.

O edital pretendia adquirir luzes de emergência fluorescentes, que são reconhecidamente caras, obsoletas e com alto consumo de energia, ao preço de R\$ 49,35 (quarenta e nove reais e trinta e cinco centavos). Entretanto, em pesquisa de mercado realizado pelo Observatório, constatou que as empresas que trabalham com luzes de emergência vendem, em sua maioria, luzes à LED, que geram 30% de economia de energia, são 10 vezes mais duráveis e valem, em média, R\$ 22,00 (vinte e dois reais).

O Observatório, diante de tais dados, questionou a licitação e, por essa razão, a Prefeitura de Londrina **SUSPENDEU** o certame para adequações, mais precisamente para mudança da especificação do objeto e de seu preço.

1.12 Pregão Presencial 168/2012 – Registro de preços de capina e limpeza de áreas verdes das escolas municipais

O Observatório protocolou impugnação no dia 16/07/2012 ao Edital de Pregão Presencial nº 168/2012, que teve como objeto o registro de preços de capina, capinação, roçada, raspagem, retirada de entulhos, limpeza, varrição, transporte e recorte, pintura de meios fios, passeios e conservação de áreas verdes.

A impugnação apontou a ausência de justificativa plausível para exigência editalícia de capacidade técnica, o que restringia a concorrência, e a ausência de planilhas de custo que demonstrassem o detalhamento da aferição do preço máximo, além de ter feitos questionamentos sobre a especificação do objeto.

Após o protocolo da impugnação, a Prefeitura de Londrina **SUSPENDEU** o certame para análise e possíveis adequações. Enquanto suspensa, o Observatório está realizando, juntamente com o Sindicato das Indústrias de Construção Civil de Londrina, a medição das áreas verdes das escolas, com o escopo de verificar as respectivas metragens e compará-las com as especificações do edital.

1.13 Pregão Presencial 175/2012 – Aquisição de Gêneros Alimentícios

Este pregão, que tem como objeto a aquisição de gêneros alimentícios, trazia no edital a especificação dos produtos em gramas, porém indicava como unidade de

referência kilos. Ou seja, havia divergências entre a descrição dos produtos e a unidade de referência, fato que tornava impossível a aferição precisa e clara do objeto a ser adquirido.

Diante disso, o Observatório impugnou o edital no dia 13 de agosto de 2012, e no momento aguarda a resposta da Administração Pública municipal.

1.14 Suspensão do Pregão Presencial n° 160 – Materiais Hospitalares.

O pregão presencial n° 160/2012, cujo objeto era aquisição de materiais hospitalares para Unidade Pronto Atendimento do bairro Sabará, foi suspensa pela Prefeitura, porém a priori com o estudo do processo e através de diligências foram detectadas algumas irregularidades no processo licitatório, entre elas estão:

- Superfaturamento dos preços em até 1.656%
- Formação de Cartel nos orçamentos
- Fraude nos endereços das empresas que forneceram orçamentos

Dentre as diligências tomadas para averiguar os fatos constatados foram feitas pesquisas de mercado, consultas por telefone e visitas presenciais as empresas que forneceram os orçamentos juntados ao processo administrativo. Descobriu-se que tais empresas não tinham sede nos endereços que constava no processo, bem como o número de telefone para contato era fictício. O processo licitatório foi reaberto para uma data futura e contará com uma fiscalização OGPL no que tange os pontos levantados e outras possíveis irregularidades.

1.15 Pregão Presencial n° 033/2012 – Aquisição de pedra brita graduada

O edital do pregão presencial n° 033/2012 para registro de preço para eventual aquisição de pedra brita graduada da Companhia Municipal Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU-LD) em um dos seus itens exigia a apresentação de amostra em envelope lacrada e junto com a documentação de habilitação no dia do certame para todos os licitantes. O OGPL questionou tal exigência visto que apresentação de amostra onera os participantes do certame e só pode ser usado

como base comprobatória da qualidade do objeto realmente a ser adquirido, ou seja, o objeto do vencedor da etapa de lances no certame.

Diante do questionamento feito pelo OGPL a CMTU suspendeu o a licitação e republicou-a eliminando a exigência da apresentação das amostras para todos os licitantes, restringindo ao arbítrio do pregoeiro a solicitação ou não de amostras para empresa vencedora em data posterior a da realização do certame.

1.16 Pregão Presencial nº241/2012- Aquisição de materiais elétricos.

Diante da análise do processo administrativo do pregão presencial nº241/2012 realizado pela Companhia Municipal Trânsito e Urbanização de Londrina para aquisição de material elétrico para o Terminal Rodoviário de Londrina, o OGPL detectou irregularidades na elaboração do valor máximo da licitação. A pesquisa de mercado realizada pela CMTU apresentou orçamentos de 4 empresas distintas, porém foram descartados do cálculo do preço máximo sempre o maior e menor preço para cada item, restando dois preços para tirar a média e gerar o valor máximo de cada item.

Segundo manual do TCU, o preço máximo deve ser formado pela média de no mínimo 3 orçamentos distintos, o que, como dito acima, não aconteceu neste caso. Com essa incongruência em mãos, foi feito um questionamento ao pregoeiro responsável pela licitação perguntando sobre a composição do preço máximo e o descarte de alguns orçamentos na composição do preço.

A licitação foi suspensa por tempo indeterminado devido o questionamento do OGPL, o que demonstra que ações menos incisivas que uma impugnação surtem efeitos corretivos em pequenas irregularidades em processos licitatórios.

1.17 Pregão Presencial nº032/2012- Materiais de Higiene

O pregão presencial nº032/2012, cujo objeto consiste em aquisição em material de higiene para realização foi alvo de impugnação por parte do Observatório de Gestão Pública de Londrina, que levantou os seguintes pontos controversos no processo administrativo:

- Incongruência entre os prazos descritos no edital para protocolar impugnações
- A exigência de apresentação de declaração de fatos impeditivos
- A formulação do preço máximo da licitação e descumprimento do mínimo de três orçamentos.

Os três pontos levantados e presentes na impugnação foram acatados pela CMTU que determinou a suspensão da licitação.

1.18 Pregão Presencial n ° 205/2012- concentrador de oxigênio.

O pregão presencial n°205/2012 realizado pela Prefeitura de Londrina, cujo objeto consiste na aquisição de concentrador de oxigênio foi suspensa mediante questionamento feito pelo Observatório de Gestão Pública de Londrina. Segundo pesquisa de mercado realizado pelo OGPL constatou-se que existem diferentes tipos de concentrador de oxigênio, que diferem de acordo com a quantidade de litros de oxigênio a serem produzidos por minuto, variando a concentração de 3 à 10.

Porém, uma análise do edital, a descrição do objeto não especificava essa qualidade do objeto, criando incertezas quanto ao tipo de objeto a ser adquirido. Então, o Observatório enviou um questionamento à Secretaria de Gestão Pública indagando a razão da falta da especificação completa do objeto.

Diante dos fatos levantados, o pregão presencial foi suspenso para correção da especificação do objeto em edital.

1.19 Pregão Presencial n°209/2012- Troféus e Medalhas.

O presente pregão, cujo objeto consiste em registro de preço para eventual aquisição de troféus e medalhas foi alvo de redução significativa do seu valor máximo licitado devido à ação do Observatório de Gestão Pública de Londrina.

Mediante pesquisa de mercado, constatou-se que para alguns itens do objeto o valor máximo licitado estava muito acima do valor de mercado - em alguns casos a diferença chegava a 20 vezes mais do valor de mercado.

Diante desses fatos, foi questionado pelo OGPL a formação do preço máximo licitado, o que acarretou na suspensão do pregão presencial e diminui dos valores máximos licitados no edital em uma forma significativa.

2. OFÍCIOS E QUESTIONAMENTOS ENVIADOS À AO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2012 o Observatório de Gestão Pública de Londrina questionou a Administração Pública Municipal na execução de diversos serviços, na prática de inúmeros atos administrativos, bem como em suas omissões e negligências.

Assim, até o presente momento, mais de 30 ofícios foram enviados levando questionamentos, considerações, reclamações e informações aos órgãos públicos municipais, sendo os assuntos mais importantes estes que seguem:

- Requerimento de informações sobre o Contrato Emergencial de Prestação de Serviços de Limpeza Pública nº 036/2011-FUL, a fim de verificar a legalidade e economicidade da contratação emergencial;
- Pedido de informações à Secretaria do Meio Ambiente de Londrina (Sema) sobre o número de empresas que são consideradas grandes geradoras de lixo em Londrina, tendo em vista a discrepância com entre os número divulgado pela Sema e aquele divulgado pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina (CMTU);
- Pedido ao Núcleo de Comunicação da Prefeitura de fotocópia dos textos de todas as propagandas e materiais gráficos veiculados como publicidade institucional pela Prefeitura de Londrina no ano de 2011, com o fim de fiscalizar a veracidade dos temas e informações veiculados como publicidade;
- Pedido à CMTU de informações referentes à execução do Contrato nº 008/2011-FUL, cujo objeto é o fornecimento e instalação de módulos focais semaforicos veiculares a LED. As informações solicitadas referem-se a instalação das lâmpadas, ao número de lâmpadas já instaladas e os locais onde houve a troca, para posterior fiscalização e checagem;
- Requerimento da localização de todos os almoxarifados públicos de Londrina, para posterior fiscalização pelos membros do OGPL;
- Pedido feito ao Prefeito Municipal e ao Secretário de Gestão Pública de Londrina de abertura de sindicância administrativa para apurar e punir o

responsável pelo atraso na abertura de edital de licitação para a contratação de merendeiras (PG 0008/2012). Isso porque, em razão desse atraso, a Prefeitura firmou contrato emergencial com empresa investigada pelo Ministério Público, causando, assim, prejuízos ao interesse público;

- Requerimento de cópias dos seguintes procedimentos licitatórios, para análise e possível impugnação: CP/SMGP 377/2011 (contratação de serviços de publicidade), PP/SMGP 17/2012 (aquisição de material escolar), PP/SMGP 21/2012 (aquisição de uniforme escolar), DL/CMTU 480/2011 (contração de serviços de coleta do lixo), CP/CMTU 16/2011 (contração de serviços de capina e roçagem).
- Requerimento de informação feito à Controladoria Geral do Município sobre o site Transparência Londrina, mais especificamente sobre seu funcionamento, conteúdo e objetivo.
- O Observatório de Gestão Pública de Londrina protocolou no dia 22 de maio de 2012 questionamento em que pede à Secretaria de Obras e Pavimentação de Londrina informações sobre a adequação do projeto de construção do Portal Receptivo à duplicação da PR-445.
- Requerimento de informações ao Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, protocolado no dia 02 de julho de 2012, sobre o procedimento correto que a Prefeitura Municipal de Londrina deveria ter adotado para viabilizar a construção de melhorias no trecho urbano da BR-369.

Percebe-se, assim, que o Observatório de Gestão Pública de Londrina, nestes quatro meses iniciais, já agiu em várias frentes, sempre buscando esclarecer os pontos controvertidos e as aparentes ilegalidades dos atos praticados pela Administração Pública Municipal.

3. EVENTOS

3.1 Apresentação dos resultados da Conferência de Controle e Transparência Social à Câmara Municipal de Londrina

No dia 22 de março de 2012, o Presidente e Vice-Presidente do Observatório de Gestão Pública de Londrina, Waldomiro Carvalho Grade e Fábio Cavazotti e Silva, juntamente com Paul Kelter, representando a OAB, e Emerson Lemes, representando o Sindicato dos Contabilistas, apresentaram aos Vereadores de Londrina, em sessão plenária, os resultados da Conferência de Transparência e Controle Social.

Foram feitas muitas perguntas e, ao final, os membros do Observatório apresentaram a filosofia da instituição, seus feitos em 2011 e atividades programadas para 2012.

3.2 Curso de Formação Política para candidatos a Vereadores e Prefeitos de Londrina e Região

O Observatório de Gestão Pública de Londrina se uniu a Ordem dos Advogados do Brasil/Londrina, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Londrina e ao Ministério Público para oferecer um Curso de Formação Política aos pré-candidatos a Vereador e Prefeito de Londrina e região.

O curso foi composto por 16 aulas que tratam de vários temas relacionados com gestão pública e o exercício legislativo, ministradas por professores conceituados da região, como o Zulmar Fachin, Gilson Bergoc e Antonio Bacarin.

Com a participação de mais de cem candidatos a Vereador e uma candidata a Prefeito, o Curso trouxe conhecimentos de direito e gestão pública aos participantes e mostrou a necessidade de constante preparo dos postulantes de cargos públicos.

3.3 Evento Londrina ao Meio-Dia – Apresentação do Plano de Transparência e Controle Social

Observatório de Gestão Pública de Londrina, juntamente com a Associação Comercial e Industrial de Londrina, promoveu o evento Londrina ao Meio-Dia, no dia 14 de agosto de 2012, para apresentar o Plano de Transparência e Controle Social aos candidatos a Prefeito.

O Plano apresenta propostas como a digitalização de todos os procedimentos licitatórios, a criação de um Serviço de Informação Pública, a divulgação no site da Prefeitura do IDEB das escolas municipais, a criação do Conselho de Transparência e Controle Social e outras práticas e instrumentos de garantia da transparência e eficiência na Administração Pública.

Ao final do evento, todos os candidatos assinaram um Termo, a ser registrado em cartório, pelo qual se comprometeram, se eleitos forem, a aplicar as propostas do Plano em sua integralidade.

3.4 Visitas ao Almoxxarifados

O Observatório de Gestão Pública de Londrina realizou visitas almoxxarifado central da prefeitura de Londrina e em algumas secretárias municipais. A fim de levantar a situação organizacional, a dinâmica e controle de entrada e saída e bem como as condições de armazenagem dos produtos estocados nesses almoxxarifados.

As visitas realizadas e a serem realizadas darão base para uma ação mais concreta junto com as secretarias visando adequação dos almoxxarifados dentro de padrões de controle e excelência melhores, e na concretização da implementação de um almoxxarifado unificado em Londrina.

4. CONCLUSÃO

Eis, portanto, relatório das atividades boas praticas desenvolvidas pelo Observatório de Gestão Pública de Londrina.

Sem mais no momento, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Waldomiro Carvalho Grade
Presidente

Fábio Cavazotti e Silva
Vice-Presidente

Colaborador: Rafael Carvalho Neves dos Santos
Analista de Licitações e Gestão Pública

Guilherme Duarte
Estagiário